



**O MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO-BA**, através do Pregoeiro, designada pelo Decreto nº 239/2013, torna público para conhecimento dos interessados que serão recebidas propostas de preços e documentos de habilitação para a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e nos Anexos.

## **DADOS DO EDITAL**

---

### **I - PROCESSO ADMINISTRATIVO:**

Nº 2818/2014

---

### **II - DATA E HORÁRIO DE REALIZAÇÃO:**

05 de Agosto de 2015 às 09h00

---

### **III - LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES:**

Sala de Reunião no Prédio da Prefeitura Municipal de Simões Filho, Praça 07 de Novembro, nº 359, Centro, Simões Filho - Ba.

---

### **IV - OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aquisição de Materiais de Construção para atender às necessidades das Escolas da Rede Municipal de Educação, conforme especificações em anexo.

---

### **V - PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO, VIGÊNCIA DO CONTRATO E TIPO:**

Prazo de Entrega do Objeto: de forma parcelada, mediante Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

Prazo de Vigência do contrato - 12(doze) meses, respeitada a vigência do respectivo crédito orçamentário.

Tipo de Licitação - Menor Preço por Lote.

---

### **VI - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

Será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, após o atesto da Nota Fiscal/Fatura, conforme objeto adquirido.

---

### **VII - LOCAL DE ENTREGA DO MATERIAL:**

Nas escolas relacionadas no anexo II, conforme demanda definida na Ordem de Fornecimento.

---

### **VIII - ANEXOS:**

Anexo I - Minuta do contrato; Anexo II - Especificação; Anexo III - Modelo Proposta de Preços; Anexo IV - Carta de Credenciamento; Anexo V - Declaração de Atendimento ao Art. 7º da CF; Anexo VI - Modelo Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação; Anexo VII - Modelo de Declaração Negativa de Inidoneidade e



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público; Anexo VIII - Modelo de declaração de enquadramento como ME ou EPP.

**1. REGÊNCIA LEGAL**

- 1.1. Lei Federal nº 10.520/02;
- 1.2. Lei Federal nº 8.666/93, subsidiariamente;
- 1.3. Lei Complementar nº 123/06.

**2. TIPO**

- 2.1. Menor preço por lote.

**3. OBJETO**

- 3.1. Indicado no campo IV – Dados do Edital.

**4. DATA, HORÁRIO, LOCAL DE REALIZAÇÃO E INFORMAÇÕES.**

- 4.1. Dia 05.08.2015 – 09:00h
- 4.2. Sala de Reunião, 2º andar, Prédio da Prefeitura.
- 4.3. Ao (a) Pregoeiro (a) compete:
  - a) conduzir os atos da licitação;
  - b) advertir as licitantes;
  - c) definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos;
  - d) permitir a comunicação dos representantes das licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros;
  - e) suspender o procedimento, quando julgar necessário;
  - f) proceder diligências.

**5. CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO**

- 5.1. Poderão participar desta licitação as licitantes estabelecidas no país, que atendam a todas as exigências contidas neste edital, e cujo ramo de atividade esteja compatível ao objeto licitado.



5.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase da licitação os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Declarados inidôneos por ato da Administração Pública;
- b) Cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Prefeitura Municipal de Simões Filho;
- c) Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;
- d) Reunidos sob forma de consórcio, coligação, reunião societária ou ainda que possuam entre si ou através de seus sócios, vínculo de natureza pessoal ou societária.
- e) Mantendo qualquer tipo de vínculo profissional com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- f) Quando a licitante estiver enquadrado na condição de ME ou EPP serão adotados os procedimentos da LC 123/06, conforme adiante especificado.

## 6. CREDENCIAMENTO

6.1. Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante estatuto/contrato social, ou instrumento público/particular de procuração, ou documento equivalente.

6.2. Entende-se por documento credencial:

- a) Estatuto/Contrato Social, quando a pessoa credenciada for proprietário, sócio ou dirigente da empresa licitante;
- b) Procuração ou documento equivalente da licitante.

6.3. O credenciamento deverá ser entregue ao (a) Pregoeiro (a) em separado dos envelopes A e B, e apresentado em forma de carta em papel timbrado da licitante, ou por procuração, contendo identificação do credenciado (nome, número de identidade e do CPF) e, devidamente assinado pelo titular ou representante legal da mesma.

6.3.1 Este documento credencial deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recurso, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão, conforme modelo anexo IV.

**6.4 Quando a licitante se fizer representar por sócio, deverá apresentar os documentos abaixo relacionados em cópia autenticada ou simples, neste caso, acompanhada do original:**

- a) Cédula de identidade do representante legal da empresa;



b) Contrato social da empresa devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente, comprovando tal situação.

**6.5 Quando a licitante se fizer representar por credenciado deverá apresentar junto com a credencial, cópia autenticada ou simples, neste caso, acompanhada do original dos seguintes documentos:**

- a) Cédula de identidade do credenciado;
- b) Contrato social da empresa devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente.
- c) Cédula de identidade do representante legal da empresa.

6.6. Cada credenciado poderá representar apenas 01 (uma) licitante.

6.7. O representante legal da licitante que não se credenciar perante o (a) Pregoeiro (a) ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recurso, enfim, para representar a mesma durante a reunião de abertura dos envelopes A – Proposta de Preços ou B – Habilitação relativa a este Pregão.

6.7.1. Neste caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;

6.8. A ausência do representante da licitante, quando convocado, o impedirá de formular lances e manifestar a intenção de recurso.

**6.9. Junto com a credencial a licitante deverá ainda apresentar:**

**6.9.1. Declaração de ME ou EPP, visando exercício das preferências da LC nº 123/06.**

## **7. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

7.1 Os documentos de Proposta de Preços e Habilitação, após o devido credenciamento das empresas, serão apresentados em 02 (dois) envelopes lacrados, os quais deverão conter no anverso:

**7.1.1 ENVELOPE A – PROPOSTA DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL 013/2015 – PMSF  
OBJETO ...  
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE**



**7.1.2 ENVELOPE B - DOCUMENTAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL 013/2015- PMSF**  
**OBJETO ...**  
**RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE**

7.2 Os envelopes para esta licitação só serão recebidos pelo (a) Pregoeiro (a) na data, horário e local indicados nos campos II e III – Dados do Edital, em sessão pública.

7.3 Em hipótese alguma, nem sob qualquer alegação, será concedido prazo para apresentação ou complementação dos documentos exigidos para a Habilitação, salvo exceções previstas em Lei.

7.4 Os documentos exigidos somente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia simples, neste caso, acompanhada do original.

7.5 Os documentos extraídos via Internet somente serão considerados válidos após a confirmação da autenticidade por servidor municipal no endereço oficial (site) do órgão emitente.

7.6 No ato de entrega dos envelopes A e B, serão entregues, a parte, as **Declaração de Pleno conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação**, conforme modelo constante no anexo VI deste edital e a **Declaração Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para licitar com o Poder Público**.

**8 ENVELOPE A - PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1 A proposta de preços deverá ser redigida de forma clara e inequívoca, em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada pelo seu titular, conforme modelo anexo, contendo:

8.1.1 Razão Social, CNPJ, endereço, telefone, fax, correio eletrônico e site.

8.1.2 Preço unitário e total de cada serviço licitado. O valor total do serviço deverá ser expresso em real e por extenso. Não serão aceitos preços com mais de duas casas decimais

8.1.3 Validade da Proposta de Preço de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de abertura, excluindo os prazos de recursos administrativos;

8.1.4 Prazo de execução do serviço conforme indicado no campo V – Dados do Edital;



**8.1.5 Descrição completa dos materiais, contendo a marca, e em conforme com o disposto no anexo II deste Edital, sob pena de desclassificação da proposta.**

8.2 Os preços são fixos e irremovíveis, incluindo todas as despesas tais como: as correspondentes à mão-de-obra, aquisição e transportes de materiais, máquinas e equipamentos, tributos, emolumentos, seguros, inclusive contra acidentes de trabalho, encargos sociais e trabalhistas de qualquer natureza, para a execução do serviço.

8.3 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4 A falta de informação na proposta referente a prazo de execução, validade da proposta e condição de pagamento implicará em aceitação dos termos deste edital.

8.5 A falta de data e/ou assinatura na Proposta de Preços, somente poderá ser suprida pelo representante presente à reunião de abertura dos envelopes A e que detenha legitimidade para este procedimento.

**8.6 Após a entrega dos envelopes A e B, não serão aceitas desistências de propostas,** salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a). Caso ocorram pedidos de tal natureza, e se aceitos pelo (a) Pregoeiro(a), estes poderão ser passíveis de análise pela Procuradoria do Município, devendo, ao final, o(a) Pregoeiro(a) se pronunciar de forma definitiva sobre a aceitabilidade ou não do pedido.

## **9. ENVELOPE B – HABILITAÇÃO**

9.1 Os documentos do envelope B deverão, preferencialmente, apresentar índices relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram, conforme relação a seguir, de forma a permitir maior rapidez na conferência e exame correspondentes:

### **9.1.1. Habilitação Jurídica**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, compatível com o objeto licitado, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **9.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal da sede da licitante;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa–CNDT.

### **9.1.3. Qualificação Técnica**

- a) Atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou fornece de forma satisfatória materiais de construção compatíveis em quantidades com o objeto desta licitação.

9.1.4. Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, conforme modelo em anexo, de cumprimento ao disposto no Inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma estabelecida pelo Decreto n.º 4.358, de 5 de setembro de 2002.

### **9.1.5. Qualificação Econômico-Financeira**

9.1.5.1 – BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário devidamente registrado na Junta Comercial de origem, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.



9.1.5.2 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da Licitação.

9.1.6. Os documentos extraídos via *Internet* somente serão considerados válidos após a confirmação da autenticidade por servidor municipal no endereço oficial (*site*) do órgão emitente.

9.1.7. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada ou ainda em cópia simples, neste caso, mediante a apresentação dos originais, para conferência e autenticação, no certame.

## **10. PROCEDIMENTO E FORMULAÇÃO DE LANCES**

### **10.1. Abertura do Envelope A – Proposta de Preços.**

10.1.1. Abertas as Propostas de Preços, constatando-se sua perfeita conformidade com as especificações e condições de execução detalhadas no edital, serão divulgadas as propostas classificadas que participarão da disputa.

10.1.1.1. Após a abertura do envelope de proposta de preços, não será permitido o recebimentos dos envelopes dos retardatários.

10.1.2. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem menor preço, até o máximo de 03 (três);
- c) no caso de empate dos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.1.3. Concluída a fase de classificação, o(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente a licitante classificada que ofertou a proposta de maior preço e as demais, em ordem decrescente de valor, a apresentar lances verbais, de forma sequencial.

10.1.4. No caso de empate entre duas ou mais Propostas de Preços, e depois de obedecido o disposto no art. 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, vedado qualquer outro processo.





10.1.5. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes inferiores à proposta de menor preço.

10.1.6. A licitante que não mantiver o lance ofertado, ficará sujeita às sanções previstas neste edital.

10.1.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todas as licitantes declinarem da formulação dos mesmos.

10.1.8. O (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com a licitante que ofertou menor preço com vistas à sua redução. Após a negociação, se houver, o(a)Pregoeiro(a)examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

## **10.2. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DISPENSADO ÀS ME E EPP**

10.2.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, **desde que devidamente registradas e enquadradas** no Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, como ME ou EPP, terão tratamento diferenciado e favorecido no certame, conforme dispõe a Lei Complementar Federal N.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

10.2.2. As Microempresas – ME e as Empresas de Pequeno Porte – EPP para usufruir do tratamento diferenciado e favorecido às licitantes deverão identificar-se no certame e como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no dia da sessão de credenciamento e recebimento dos envelopes, através da **DECLARAÇÃO**, conforme modelo constante neste edital (Anexo VIII) ou com apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante **DATADA DE 2015**.

10.2.3. O documento de que trata o subitem anterior **deverá ser anexado junto à documentação do credenciamento, para participação do certame, ou, facultativamente, junto à proposta.**

10.2.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte gozarão dos seguintes tratamentos diferenciados e favorecidos:

10.2.4.1. As licitantes ME ou EPP deverão apresentar, **obrigatoriamente, TODA A DOCUMENTAÇÃO** exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

10.2.4.2. Havendo alguma restrição em relação à regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa.

10.2.4.3. A não regularização, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no artigo 81 da Lei N.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes ou revogar a licitação.

10.2.4.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

10.2.4.4.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresa e Empresa de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço;

10.2.4.4.2. Ocorrendo empate, a ME ou EPP mais bem classificada, será convocada, para, querendo, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

10.2.4.4.3. Havendo mais de uma ME ou EPP e não ocorrendo oferta na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes, na ordem de classificação, que por ventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.2.4.4.1, para o exercício do mesmo direito.

10.2.4.4.4 Na hipótese de valores equivalentes apresentados pelas ME ou EPP que estejam no intervalo do subitem 10.2.4.4.1, será realizado sorteio para identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

10.2.4.5. Quando a melhor oferta apresentada for de uma ME ou EPP não haverá empate na forma descrita no item 10.2.4.4.1.

10.2.4.6. Não havendo apresentação de novas propostas por parte de ME e EPP o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta vencedora apresentada.

10.2.4.7. É obrigatória a presença de um representante da licitante credenciado para o exercício do direito a apresentar nova proposta, na forma da LC 123/06, sob pena de preclusão.

## **10.2. Abertura do Envelope B – Habilitação.**



10.2.1. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope B.

10.2.2. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste edital, a licitante que ofertou menor preço será declarada vencedora.

10.2.3. Em caso de inabilitação da licitante detentora do menor preço, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando as condições de habilitação e assim sucessivamente, até ser declaradaa vencedora.

10.3. A licitante vencedora obriga-se a fornecer nova Planilha de Preços com os devidos valores unitários e totais ofertados na sessão, no prazo a ser definido pelo (a) Pregoeiro (a).

10.3.1. O preço unitário e total de cada material licitado deverá ser expresso com no máximo 02 (duas) casas decimais, igual ou imediatamente inferior ao lance ofertado.

10.4. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes, ficarão à disposição até 10 (dez) dias após a publicação do resumo do contrato no DOM. Caso não sejam retirados, os mesmos serão destruídos.

10.5. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

10.6. Os erros formais/materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do (a) Pregoeiro (a).

10.6.1. Consideram-se erros formais/materiais irrelevantes aqueles cuja ocorrência não comprometa a idoneidade do documento ou a perfeita compreensão do conteúdo da proposta.

## **11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

11.1. O critério de julgamento será o de menor preço por lote.

11.2. A classificação das propostas será por ordem crescente, a partir da mais vantajosa, sendo declarada vencedora a licitante cuja proposta contiver o menor preço desde que tenham sido atendidas as condições deste edital.



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

11.3. Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não atenderem as exigências deste edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou superfaturados, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado à época da licitação, para execução do objeto da licitação, observando-se os critérios definidos na Lei 8.666/93.

11.4. Na hipótese da constatação de erros de somas nas planilhas apresentadas, o(a) Pregoeiro (a) procederá à correção dos cálculos, adotando os preços unitários da licitante e os quantitativos da planilha, passando o resultado a ser o novo preço global da Proposta de Preços, devendo o ato ser registrado em Ata.

11.5. Poderão ser convocados técnicos da Administração Municipal, para emissão de parecer que verse sobre a especificação do serviço e projetos gerais que envolvam critérios para avaliações ponderadas, se o objeto da licitação assim exigir.

11.6. O (a) Pregoeiro (a) poderá, a juízo da autoridade competente, desclassificar qualquer licitante, se tiver conhecimento de fato anterior, no curso, ou posterior ao julgamento da licitação, que denuncie dolo ou má-fé, ou que comprometa a capacidade ou idoneidade administrativa, técnica ou financeira da licitante, garantida a prévia defesa, disso não resultando para a mesma, direito a qualquer ressarcimento ou indenização.

11.7 Não será causa de desclassificação a irregularidade formal que não afete o conteúdo das propostas ou não impeça o seu entendimento.

11.8. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou quando todas as propostas classificadas forem inabilitadas o (a) Pregoeiro (a) poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para que as licitantes, querendo, apresentem novas propostas ou documentação, escoimadas das causas que ocasionaram a desclassificação/inabilitação.

**11.9. A não cotação de qualquer item pertencente ao lote ensejará a desclassificação da licitante na disputa pelo mesmo.**

## **12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. A Adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo (a) Pregoeiro (a) sempre que não houver recurso.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) Pregoeiro (a) ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.



### 13. IMPUGNAÇÃO

13.1. Qualquer pessoa que se julgar prejudicada quanto ao edital poderá impugná-lo em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das Propostas de Preços e Habilitação.

13.2. Decairá do direito de impugnar perante a Administração as condições deste edital, a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha apontar depois da abertura das propostas de preço, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

### 14. RECURSO

14.1. Ao final da sessão, a licitante que se julgar prejudicada poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente.

**14.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante, no momento da sessão deste Pregão, implicará na decadência do direito de recurso.**

14.3. Manifestações posteriores não serão acatadas pelo (a) Pregoeiro (a).

14.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. Os recursos e contrarrazões deverão ser dirigidos ao (a) Pregoeiro (a), o qual deverá receber e submeter à autoridade competente que decidirá sobre a sua pertinência.

### 15. CONTRATAÇÃO

15.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Secretaria solicitante, poderá firmar contrato específico com a licitante vencedora, visando à execução do objeto desta licitação nos termos da minuta do contrato que integra este edital.

15.2. A licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo órgão contratante.



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

15.3. O contrato oriundo da presente licitação não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Administração.

15.4. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.5. Por ocasião da assinatura do contrato, a empresa vencedora do certame deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, ficando esclarecido que a garantia deverá ter seu valor atualizado nas mesmas condições do contrato.

15.5 O CONTRATADO deverá prestar garantia contratual em importe equivalente a 5,00% (cinco percentual) do valor da contratação, na forma do art. 56 da Lei 8.666/93.

## **16. PRAZOS**

16.1 A entrega dos materiais deve ser efetuada no prazo estabelecido no item V – Dados do Edital e no local indicado no item VII – Dados do Edital.

16.2 Este prazo pode ser prorrogado, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, desde que ocorra qualquer um dos motivos relacionados no art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, prorrogação essa que deverá ser devidamente justificada.

16.3. Correrá por conta da **CONTRATADA**, toda e qualquer despesa que seja necessária com ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a perfeita execução do objeto deste instrumento.

16.4. A **CONTRATADA** deverá corrigir, remover ou substituir totalmente às suas expensas, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades, no total ou em parte, com o objeto desta licitação.

## **17. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

17.1 Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, na forma do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada da total responsabilidade na execução do contrato.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

17.2 Caberá ao Contratante proceder ao recebimento do objeto, na forma do art. 73, inciso II, para efeito de emissão da habilitação para o pagamento.

17.3 Correrá por conta da CONTRATADA, toda e qualquer despesa que seja necessária com ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a perfeita execução do objeto deste instrumento.

17.4 A CONTRATADA deverá corrigir, remover ou substituir totalmente às suas expensas, os materiais em que se verifiquem vícios, defeitos ou desconformidades no total ou em parte com o objeto desta licitação.

17.5 A unidade contratante receberá e fiscalizará a entrega do material, a fim de aferir se o fornecimento foi efetuado através do servidor, **Sr. ROQUE FRANCISCO FERREIRA DE JESUS**, Matrícula 2589, designado como preposto pela Secretaria Municipal de Educação, para este fim específico.

## **18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

18.1. O prazo de pagamento é o indicado no Campo VI – Dados do Edital.

18.1.1. O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado no prazo estabelecido no campo VI, após a apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada a execução contratual, emitida em nome do contratante, no valor e condições estabelecidas neste edital.

18.1.2. Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da mesma será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

18.1.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preço.

## **19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

<b>Unidade Gestora</b>	<b>Projeto/Atividade</b>	<b>Elemento despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
03.11.001	2158	33.90.30	01
03.11.001	2176	33.90.30	04



## 20. SANÇÕES

20.1. A **LICITANTE** que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções cíveis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

20.1.1 **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Simões Filho**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos quando:

- a) recusar-se, injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, exceto aqueles que quando convocados não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pela primeira adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço;
- b) Apresentar declaração ou qualquer outro documento falso, visando ao cadastramento, à atualização cadastral ou à participação no procedimento licitatório;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal.

20.2. A **CONTRATADA** que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções cíveis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

20.2.1. **Advertência** sempre que forem constatadas infrações leves.

20.2.2. **Multa** por atraso injustificado no fornecimento ou serviço, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

- a. 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;
- c. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

20.2.2.1. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração.

20.2.3. **Suspensão** temporária do direito de cadastrar e licitar no prazo máximo de 02 (dois) anos aos que incorrerem nos ilícitos previstos abaixo:

- a. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, durante a execução do contrato celebrado com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- b. Incorrer em inexecução do contrato;
- c. Frustrar, injustificadamente, licitação instaurada pela Administração;
- d. Cometer fraude fiscal;

**20.2.4 Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, aos que incorram nos ilícitos previstos abaixo:

- a) haver concorrido, comprovadamente, para a consumação de ilegalidade, obtendo vantagem indevida ou se beneficiando, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais;
- b) ensejar a sua contratação pela Administração, no prazo de vigência da suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade;
- c) fraudar, em prejuízo da Administração, os contratos celebrados:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

- c.1). elevando arbitrariamente os preços;
- c.2). vendendo, como verdadeiro e perfeito, bem falsificado ou deteriorado;
- c.3). executando serviço diverso do contratado;
- c.4). alterando qualidade ou quantidade do serviço;
- c.5). tornando, injustificadamente, mais oneroso o contrato;

20.3. A declaração de inidoneidade será aplicada, após processo administrativo regular, às empresas e aos profissionais que:

20.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude no recolhimento de quaisquer tributos;

20.3.2. tenham praticados atos ilícitos, visando a frustrar os princípios e objetivos da licitação;

20.3.3. demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados;

20.3.4. tenham sofrido condenação definitiva por atos de improbidade administrativa, na forma da lei.

20.4. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela licitante ou contratada e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

20.5. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da prestação do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração Municipal.

20.6. A declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Prefeito, ou de quem dele receber delegação, conforme o caso, facultada a defesa da interessada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.



## 21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Ao participar do certame, a licitante declara, sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, societária ou trabalhista, entre si e os responsáveis pela licitação, quer direta ou indiretamente.

21.2. A apresentação de proposta a esta licitação implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital e seus anexos.

21.3. As disposições deste edital e a proposta da licitante vencedora serão partes integrantes do contrato, independentemente de transcrição.

21.4. Esta licitação poderá ser revogada por interesse da Administração ou anulada por vício ou ilegalidade, sem que as licitantes tenham direito a qualquer indenização, à exceção do disposto no art. 59 da Lei 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.5. Fica reservado à Administração o direito de:

21.5.1 Adiar a data de abertura das propostas da presente licitação, dando conhecimento aos interessados.

21.5.2 Transferir para o primeiro dia útil subsequente, caso haja impedimento na realização da licitação na data marcada para a sua abertura, mantidas as demais condições.

21.5.3 Suspender a Sessão, sempre que se faça necessário, devendo o(a) Pregoeiro(a) motivar a decisão em Ata.

**21.6. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação.**

21.7. A contratada é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária, trabalhista e previdenciária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município ou a terceiros, em decorrência da consecução do objeto, respondendo por si e seus empregados, prepostos e sucessores.

21.8. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

21.9 Qualquer correspondência referente a este Pregão deverá ser endereçada e consequentemente esclarecida pela Pregoeira, na Praça 07 de Novembro nº 359, Centro, Simões Filho – Ba, CEP: 43.700-000 – (Prédio da Prefeitura Municipal).

21.10. As impugnações, razões dos recursos e nova proposta de preços deverão ser encaminhadas ao (a) Pregoeiro (a), no endereço indicado no item anterior.

21.11. Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a) que deverá valer-se das disposições legais pertinentes.

21.12. As publicações, convocações, intimações das licitantes nos atos praticados pelo (a) Pregoeiro (a), serão realizadas especialmente através do Diário Oficial do Município, através do site [www.simoefilho.ba.io.org.br](http://www.simoefilho.ba.io.org.br).

21.13. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pelo (a) Pregoeiro (a), diariamente de segunda a quinta – feira, das 08:30 às 16:00 horas, e sexta de 08:30 às 12:00, através do endereço eletrônico: [licitacao.semed@simoesfilho.ba.gov.br](mailto:licitacao.semed@simoesfilho.ba.gov.br). Informações sobre esta licitação, bem como aquisição do edital, podem ainda ser acompanhadas/adquiridas pelo site [www.simoefilho.ba.io.org.br](http://www.simoefilho.ba.io.org.br).

**Luiz Henrique S. Santos  
Pregoeiro**



## ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015  
MINUTA DO CONTRATO Nº 000/2015

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
SIMÕES FILHO E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.927.827/0001-97, com sede na Praça 7 de novembro, nº 359, Centro, CEP 43.700-000 – Simões Filho – Bahia, neste ato representado pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, portador do CPF \_\_\_\_\_ e do RG nº \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, conforme prerrogativas que lhe confere a Lei municipal nº 790/09, e do outro lado a empresa \_\_\_\_\_ situada à \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_-BA, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, profissão, portador do R.G. nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato para Aquisição de Materiais de Construção para atender às necessidades das Escolas da Rede Municipal de Educação, conforme especificações em anexo, da necessidades da Secretaria Municipal de Educação, autorizado pelo despacho constante no **Processo Administrativo nº 2818/2014**, na modalidade **Pregão Presencial nº 013/2015**, que se regerá pelas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, as quais as partes se sujeitam a cumprir; e também sob os termos e condições estabelecidas na proposta apresentada pela empresa, que é parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, mediante as cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Contrato a Aquisição de Materiais de Construção para atender às necessidades das Escolas da Rede Municipal de Educação, conforme especificações em anexo.

1.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Fica estipulado em **R\$ 000.000,00(XXXXXX)** o valor total a ser pago à CONTRATADA pelo CONTRATANTE.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

2.2 Prazo de até 20 (vinte) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada a execução contratual.

2.3 Havendo erro na nota Fiscal/fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da mesma será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada para efeito de pagamento a data de reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.

2.4 O preço global a ser pago à CONTRATADA será fixo, incluindo todas as despesas tais como: as correspondentes à mão-de-obra, aquisição e transporte de materiais, utilização de máquinas e equipamentos, tributos, emolumentos, seguros – inclusive contra acidentes de trabalho, encargos sociais e trabalhistas de qualquer natureza, para a execução do objeto do presente instrumento.

2.5 Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura da licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto deste contrato, na forma da lei.

2.6 Em nenhuma hipótese o CONTRATANTE pagará valores adicionais à CONTRATADA, que não tenham sido prévia e expressamente autorizados, através de termo aditivo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS**

3.1 Prazo de vigência do contrato: xxxxxxxx meses, a partir da assinatura deste instrumento. Respeitada a vigência do respectivo crédito orçamentário.

3.1.2 Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da unidade administrativa solicitante, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, desde que ocorra qualquer um dos motivos relacionados no art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, prorrogação essa que deverá ser devidamente justificada e autuada em processo.

3.2. O objeto deverá ser entregue de forma parcela, mediante Ordem de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Educação, e será recebido nas seguintes condições:

3.2.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações solicitadas, assim como sua qualidade, no prazo de até 05 (cinco) dias contados do seu recebimento. Sendo constatados defeitos e divergências nas especificações, o setor responsável recusará o recebimento, dando ciência dos motivos da recusa à CONTRATADA, que assumirá todas as despesas daí decorrentes, sem prejuízo das penalidades previstas na lei, devendo, no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da notificação, sanar os vícios dos serviços.



3.2.2 Definitivamente, após o decurso do prazo de verificação que comprove a adequação do objeto, ou, no caso em que não haja por parte do CONTRATANTE, qualquer manifestação até o prazo final do recebimento provisório.

#### **CLÁUSULA QUARTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Os recursos financeiros para pagamento da despesa decorrente do objeto deste contrato correrão à conta da seguinte dotação:

<b>Unidade Gestora</b>	<b>Projeto/Atividade</b>	<b>Elemento despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
03.11.001	2158	33.90.30	01
03.11.001	2176	33.90.30	04

#### **CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE FORNECIMENTO**

5.1 Diretamente nas escolas relacionadas no Anexo II, conforme materiais, quantidades e locais definido na Ordem de Fornecimento emitida.

#### **CLÁUSULA SEXTA- DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

6.1. Entregar na data aprazada e no local determinado os materiais de acordo com as especificações técnicas constantes no edital de licitação, no presente contrato e anexos.

6.2. Responder, por quaisquer danos que venha a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado.

6.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

6.4. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do fornecimento do material, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao CONTRATANTE no prazo de 48 horas do fato, ou da ordem expressa e escrita do mesmo.

6.5. Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

6.6. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato.

6.7. Promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens.

6.8. Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa eficiente do transporte e entrega dos bens.

6.9. Reparar, corrigir, remover, ou substituir, total ou parcialmente, as suas expensas, os bens objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de material ou equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações.

6.10. Acatar as normas e condições do edital e anexos que integram este contrato, independente de transcrição.

6.11. **Como condição para assinatura do contrato**, prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, ficando esclarecido que a garantia deverá ter seu valor atualizado nas mesmas condições do contrato.

6.11.1 Em se tratando da modalidade **fiança bancária**, a garantia deverá ser prestada por instituição reconhecida pelo Banco Central do Brasil – BCB.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

7.1. Dar ciência à CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste contrato.

7.2. Devolver no prazo de até 10 (dez) dias o material entregue fora da especificação ou que não esteja em conformidade com os padrões de qualidade e prazos de validade, dando ciência do motivo da recusa à CONTRATADA, que assumirá as despesas daí decorrentes..

7.3. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para o fornecimento do material/equipamento.

7.4. Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor competente, emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas.





7.5. Fiscalizar a execução do contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FACULDADE DE EXIGIBILIDADE**

8.1 Fica estabelecido que, na hipótese do CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

#### **CLÁUSULA NONA– DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO**

9.1 O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES**

10.1 **ACONTRATADA** que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções cíveis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

10.1.1 **Advertência** sempre que forem constatadas infrações leves.

10.1.2 **Multa** por atraso injustificado na execução dos serviços, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;
- b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço não realizado;
- c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

10.1.2.1 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da prestação do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração.

10.1.3 **Suspensão** temporária do direito de cadastrar e licitar no prazo máximo de 02 (dois) anos aos que incorrerem nos ilícitos previstos abaixo:



- a) admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, durante a execução do contrato celebrado com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- b) Incorrer em inexecução do contrato;
- c) Frustrar, injustificadamente, licitação instaurada pela Administração;
- d) Cometer fraude Fiscal;

10.1.4 **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, aos que incorrerem nos ilícitos previstos abaixo:

- a) haver concorrido, comprovadamente, para a consumação de ilegalidade, obtendo vantagem indevida ou se beneficiando, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais;
- b) ensejar a sua contratação pela Administração, no prazo de vigência da suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade;
- c) fraudar, em prejuízo da Administração, os contratos celebrados:
  - c.1). Elevando arbitrariamente os preços;
  - c.2). Vendendo, como verdadeiro e perfeito, bem falsificado ou deteriorado;
  - c.3) Executando serviço diverso do contratado;
  - c.4). Alterando qualidade ou quantidade do serviço;
  - c.5). Tornando, injustificadamente, mais oneroso o contrato;

10.2 A declaração de inidoneidade será aplicada, após processo administrativo regular, às empresas e aos profissionais que:

10.2.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude no recolhimento de quaisquer tributos.

10.2.2 tenham praticados atos ilícitos, visando a frustrar os princípios e objetivos da licitação;

10.2.3 demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a administração, em virtude de atos ilícitos praticados;

10.2.4 tenham sofrido condenação definitiva por atos de improbidade administrativa, na forma da lei.



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

10.3 As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela licitante ou contratada e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

10.4 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05(cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da prestação do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração.

10.5 A declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Prefeito, ou de quem dele receber delegação, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste contrato.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 No caso de rescisão deste contrato, a CONTRATADA receberá apenas o pagamento do serviço já entregue e aprovado pelo CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMASEGUNDA– DA FISCALIZAÇÃO**

12.1 O CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, fica investido nos mais amplos poderes para fiscalizar toda a execução do objeto, impugnando quaisquer erros ou omissões que considere em desacordo com as obrigações da CONTRATADA, através do servidor: Sr. Roque Francisco Ferreira de Jesus, matrícula2589.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS**

13.1 Os tributos (impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou da sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

13.2 O ISS devido pela CONTRATADA à Fazenda Municipal, em razão do faturamento de serviços abrangidos por este contrato, deverá ser retido na fonte pagadora por se tratar de responsabilidade tributária por definição legal, na ocasião da Nota Fiscal/Fatura.

13.3 A CONTRATADA declara haver levado em conta, na apresentação de sua Proposta de Preços, os tributos incidentes sobre a execução do serviço, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 Serão partes integrantes deste contrato:

- a) Edital e Anexos;
- b) Proposta de Preços da CONTRATADA.

14.2 Toda e qualquer comunicação, entre as partes, será sempre feita por escrito, devendo as correspondências encaminhadas pela CONTRATADA serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito.

14.3 Aos casos não previstos neste instrumento aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam as partes este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Simões Filho, **00** de **XXXXXX** de 2015.



## ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

### ESPECIFICAÇÃO

#### LOTE 1 - MATERIAL HIDROSANITARIO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U.F	QUANT.
1	ADESIVO PLASTICO BISNAGA 75G	UN	300
2	CAIXA DESCARGA ECONOMICA 6L SOB. (COMPLETA)	UN	300
3	CHUVEIRO PLASTICO 1/2 COM CABO S/ REGISTRO	UN	100
4	ENGATE FLEX PLASTICO 40CM	UN	200
5	FITA VEDA ROSCA 12MMX10M	UN	20
6	REGISTRO DE PRESSÃO 3/4 METAL	UN	50
7	REGISTRO DE GAVETA 3/4 METAL	UN	30
8	REGISTRO DE GAVETA 50mm PVC	UN	20
9	TORNEIRA PLST. 1/2 LAVATORIA BANHEIRO BR	UN	350
10	TORNEIRA PARA PIA 1/2 15 CM METAL	UN	60
11	TUBO P/ DESCARGA NR. 03 EXTERNO	UN	200
12	VALVULA LAVAT/TANQUE PLASTICA NR.8	UN	30
13	VASO SANIT. SIMPLES BRANCO	UN	80
14	TUBO PVC ESGOTO 100mm - COM 06m	UN	90
15	TUBO PVC 20mm - COM 06m	UN	120
16	TUBO DE PVC 25mm	UN	120
17	TUBO DE PVC ESGOTO 40mm - COM 06m	UN	90
18	JOELHO 90° DE PVC SOLDABEL 20mm	UN	100
19	JOELHO 90° DE PVC SOLDABEL 25mm	UN	100
20	JOELHO 90° DE PVC SOLDABEL 1/2X20 mm L/R	UN	50
21	JOELHO 90° DE PVC SOLDABEL 3/4 X25mm L/R	UN	50
22	JOELHO 90° DE PVC 100mm	UN	50
23	JOELHO 90° DE PVC 40mm	UN	70
24	T DE PVC SOLDABEL 20mm	UN	100
25	T DE PVC SOLDABEL 25mm	UN	100
26	LUVA PVC SOLDABEL 25mm	UN	100
27	LUVA PVC SOLDABEL DE 20mm	UN	100
28	ADAPTADOR LR DE 1/2 X 20mm	UN	100
29	ADAPTADOR LR DE 3/4 X 25mm	UN	100



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

30	REDUÇÃO DE PVC 25 X 20	UN	100
31	CAIXA SINFONA DE PVC 100mm	UN	50
32	RALO QUADRADO 100mm x 100mm x 40mm PVC	UN	50
33	ASSENTO SANITARIO OVAL BRANCO	UN	1000
34	LAVATORIO 42X32 SUSPENSO BR	UN	50

**LOTE 2 - MATERIAL ELÉTRICO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U.F	QUANT
1	BOCAL SOQUETE C/ RABICHO	UN	500
2	CABO FLAXIVEL 750V 1,50mm <sup>2</sup> X100m	PÇ	120
3	CABO FLEXIVEL 750V 2,50mm <sup>2</sup> X100m	PÇ	120
4	CABO FLEXIVEL 750V 4,00mm <sup>2</sup> X100m	PÇ	120
5	CABO FLEXIVEL 750V 6,00mm <sup>2</sup> X100m	PÇ	100
6	CABO FLEXIVEL 750V 16,00mm <sup>2</sup> X100m	PÇ	50
7	FITA ISOLANTE 19MMX20m	UN	20
8	INTERRUPTOR 1T 10- 250V CINZA	UN	500
9	LAMPADA ELE. FLOUR. 3U 46W 127V	UN	1000
10	LAMPADA ELE. FLUOR. 3U 15W 127V	UN	1000
11	LAMPADA ELE. FLUOR. 3U 20W 127V	UN	1000
12	LAMPADA ELE. FLUOR. 3U 30W 127V	UN	1000
13	LAMPADA FLUORESCENTE 40W	UN	500
14	LAMPADA MISTA 250W E27	UN	1000
15	LAMPADA MISTA 250W E40	UN	1000
16	TOMADA EMBUTIR PADRÃO 10A 250V BR	UN	350
17	SIFÃO SANFONADO ESTENSIVEL	UN	100
18	REATOR ELETRON. BIVOLTS 2X40WX127V	UN	1000
19	CAIXA PADRÃO COELBA TRIFASICO	UN	30
20	CAIXA PADRÃO COELBA MONOFASICO	UN	30
21	ELETRODUTO DE 3/4	UN	100
22	ELETRODUTO DE 1X1/4	UN	40

**LOTE 3 - DIVERSOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U.F	QUANT.
1	CIMENTO CII F-32 50KG	SACO	300
2	MASSA CORRIDA ACRILICA 18L	UN	200
3	FECHADURA INOX MAÇANETA EXT. 803/03	UN	200
4	FECHADURA INOX MAÇANETA INTERNA	UN	200
5	SELADOR ACRILICO 18LT	LATA	200



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

6	THINNER UNIVERSAL 900ML	LATA	30
7	TINTA A OLEO 3.6L	GALÃO	100
8	TINTA ACRILICA INT/EXT 18L BC	LATA	50
9	TINTA ESM. SINT. 3,6L	GALÃO	100
10	TINTA P/ PISO 18L	LATA	100
11	LIXA PARA MADEIRA G120	UN	1000
12	LIXA PARA MADEIRA G80	UN	500
13	ROLO DE LÃ CARNEIRO 23cm	UN	100
14	ROLO DE LÃ CARNEIRO 07cm	UN	50
15	ROLO DE ESPUMA 05cm	UN	50
16	PREGO 1X1/2 X 13	KG	50
17	PREGO 2X1/2X10	KG	50
18	PEÇA DE MADEIRA DE LEI 10X6 ANGELIM (SERRADA)	M <sup>3</sup>	30
19	PEÇA DE MADEIRA DE LEI 14X6 ANGELIM (SERRADA)	M <sup>3</sup>	30
20	RIPA DE MADEIRA DE LEI 1X2,50	M <sup>3</sup>	25
21	PORTA DE MADEIRA 2,10 X 60 P/ PINTURA SEMI OCA	UN	50
22	PORTA DE MADEIRA 2,10 X 80 P/ PINTURA SEMI OCA	UN	80
23	BASCULANTE DE ALUMINIO 50 X 60	UN	30
24	BLOCO DE CERAMICA 6 FUROS 19x24x09	MILHEIRO	20
25	AREIA	M <sup>3</sup>	80
26	ARENOSO	M <sup>3</sup>	80
27	BRITA nº01	M <sup>3</sup>	80
28	GRAVILHÃO	M <sup>3</sup>	50
29	FERRO DE CA 50 10mm 3/8	BARRA	50
30	FERRO DE CA 50 8mm 5/16	BARRA	50
31	FERRO DE CA 50 5.0	KG	120
32	ARAME RECOZIDO	KG	30
33	TELHA CERAMICA ESTILO COLONIAL	MILHEIRO	180
34	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA 2,44 X 50	UN	200



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

### 1.0 Relação das Escolas (endereço)

<b>Escola</b>	<b>Endereço</b>
<b>Centro / Ponto Parada</b>	
<b>ADESF</b>	Av Walter Aragão de Souza s/nº Km 25 Simões Filho – BA
<b>Centro Comunitário Da Ressurreição</b>	Engenheiro Paulo Moreira s/n – Centro – S. Filho – BA.
<b>Clarice Ferreira</b>	Praça da Bandeira S/nº Centro S. Filho – BA
<b>Municipal De Simões Filho</b>	Av Rui Barbosa s/n Centro – Simões Filho – BA
<b>Apolinário F. Borges</b>	Praça 7 de Novembro S/nº Centro – S. Filho – BA
<b>Colégio Municipal Pe Luiz Palmeira</b>	Praça 7 de novembro s/n Centro – S. Filho – BA .
<b>André Maquil</b>	R. Governador Paulo Souto S/nº Eucalipto S. Filho BA
<b>Reverendo Rodrigo Silva Santana</b>	Rua Aracajú nº 98 Centro – Simões Filho – Ba
<b>Retrato de Pureza (Creche)</b>	Rua Costa e Silva nº 72 Ponto de Parada – S. Filho – BA
<b>Aconchego Da Mãe Santíssima (Creche)</b>	Rua Alan Kardec s/nª – Eucalipto S. Filho BA
<b>Escola Municipal Sete de Novembro</b>	Av João XXIII – P. Parada
<b>Estrada de Candeias / Cristo Rei / Renatão</b>	
<b>Pedro Cerqueira Santos</b>	Lot. Washington Luis– Estrada de Candeias
<b>Menino Jesus – Tomaz Beltrão - (Creche)</b>	Rua 22 de Abril- Parque Continental
<b>Adroaldo Ribeiro</b>	Qd. G – Rua E s/n – Parque Continental
<b>Reginaldo Ferreira Dos Santos (Creche)</b>	Qd. G – Rua E s/n – Parque Continental
<b>Maria Quitéria</b>	Rua Almirante Barroso – Cristo Rei
<b>Centro Comunitário Cristo Rei</b>	Rua Almirante Barroso S/nº Cristo Rei - BA.
<b>Senhora Santana (Creche)</b>	Rua Feira de Santana Nº 51 E – Cristo Rei – Simões Filho- BA
<b>Creche Escola Roldão Mota (Creche)</b>	Rua Mem de Sá, JdRenatão – Simões Filho
<b>Joselita Invenção</b>	Rua Estácio de Sá – Engenho Novo – S. Filho – Ba
<b>Semear (Creche)</b>	Rua Babilônia nº 23 Luiz Eduardo Magalhães – S. Filho.
<b>Manoel Evangelista</b>	Av. Rocha nº 777 Palmares – S. Filho – BA
<b>Escola Municipal Vereador Walter Jorge Dos Santos</b>	Rua Getúlio Vargas s/n Jardim Renatão – S. Filho – BA
<b>Palmares/Pitanga De Palmares</b>	
<b>Santa Bárbara Um Raio De Sol (Creche)</b>	Distrito de Palmares – Simões Filho – Ba.
<b>Antonia Gonçalves De Souza</b>	Chácaras Palmares S/nº - Fazenda Palmares S. Filho Ba
<b>Cecom – (Centro Comunitário) (C. C. Batista Cleriston Andrade)</b>	Av. Rocha nº 777 Palmares S. Filho BA
<b>Zumbi Dos Palmares</b>	Fazenda Baixão – Pitanga de Palmares – S. Filho – BA.
<b>Ccnid – Centro Comunitário Nossa Irmã Dulce</b>	BA93 Km 01 s/n – Santa Rosa – S. Filho – BA.
<b>Nossa Senhora Do Carmo</b>	Fazenda Dandara – Palmares
<b>Tia Zeni Alencar (Creche)</b>	Rua Nossa Esperança s/n Pitanga de Palmares – S. Filho SN
<b>C.C. Nossa Esperança</b>	Rua Esperança s/n – Pitanga de Palmares – S. Filho –BA - SN
<b>CIA II / Coroa Da Lagoa</b>	
<b>Elaine De Santana Santos</b>	Rua Princesa Isabel, Qd. 05, Poirão Cia II
<b>Hermes Miranda Do Val (Creche)</b>	Av. Elmo Cerejo Farias S/nº CIA II – S. Filho –
<b>Mª Senhorinha de Oliveira Santana</b>	Rua Princesa Isabel s/n – Cia II
<b>Haydée Mª De Santana Góes</b>	Conj. Hab. Vida Nova
<b>Lídio Carneiro (Creche)</b>	Qd. 07- Vivenda dos Pássaros – Cia II
<b>Odete Conceição</b>	Coroa da Lagoa





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

<b>Luterana Concórdia</b>	Coroa da Lagoa
<b>Diácono Fernando Britto</b>	Av. Elmo Cerejo Farias – Cia II
<b>CIA I</b>	
<b>Frei Arnold</b>	Av. Celso Ângelo Qd. 06 – Cia I
<b>Georgina De Souza Simões</b>	Av. Rivaldo Gomes Guimarães
<b>Instituto Batista De Educação</b>	Av. Rivaldo Gomes Guimarães
<b>Juciete Souza Mota Soares</b>	Av. Rivaldo Gomes Guimarães
<b>João De Oliveira Campos</b>	Av. Elmo Cerejo Farias
<b>Aquarela (Creche)</b>	Rua Paulo Afonso, s/n, Qd. 04
<b>São Francisco de Assis</b>	3ª Trav. Porto Santo, 01 – Setor Industrial
<b>Pitanguinha</b>	
<b>Castro Alves</b>	Rua Vital Brasil s/n – Nova Pitanga
<b>Bárbara Andréa Brites Do Carmo</b>	Rua Oceania – Nova Pitanga – s/n
<b>Hermelina Souza</b>	Rua Edmundo Costa s/n – Nova Pitanga
<b>Jesus Cristo Único Rei (Creche)</b>	Rua Otávio Mangabeira
<b>Nossa Senhora da Luz</b>	Rua Otávio Mangabeira
<b>José Laurentino Batista (Creche)</b>	Rua Oceania
<b>Pe. Emilie Felix Wagner (Creche)</b>	Rua Colorado – Cova da Gia-
<b>Matilde De Freitas (Creche)</b>	Cova da Gia
<b>Santo Antônio Do Rio Das Pedras</b>	
<b>Aroldo Souza Dias</b>	Rua Direta do Bom Viver
<b>Prof. Hildérico Pinheiro</b>	Rua Direta de Stº Antônio
<b>Severiano José De Oliveira</b>	Rua Direta de Stº Antônio
<b>Ilha de São João / Aratu</b>	
<b>Escola Municipal De Aratu</b>	Via Periférica
<b>Enock Pimentel</b>	CONJ. ILHA DE S. JOÃO, ARATU, S.FILHO-BA
<b>Péricles Renide Souza</b>	RUA DA LINHA – ARATU – S. FILHO - BA
<b>Idália Clemente Braga Bertoso</b>	CONJ. HAB . ILHA DE SÃO JÓAO – ARATU – S.FILHO-BA
<b>Educandário Vale de Sião</b>	Ilha de São João – Simões Filho
<b>Mapele / Cotegipe / Santa Luzia</b>	
<b>Antonia Souza</b>	Vila Poty- SN - Cotegipe
<b>Castelo Branco</b>	Rua Nova de Mapele, 21
<b>Escola Municipal Ve. Edulindo Ribeiro Monteiro</b>	Av. Mapele, 312
<b>Dom Francisco Leite</b>	Santa Luzia
<b>Afonso Válido</b>	Rua Direta de Mapele S/N (Mapele)
<b>Eraldo Tinoco</b>	Rua Alto da Torre
<b>KM 25 / KM 30</b>	
<b>Hugo Balthazar</b>	Jardim Eldorado
<b>Vereador Hamilton Santana (Creche)</b>	Av. Walter Aragão de Souza
<b>Bom Jesus (Creche)</b>	Rua Tucano, 36- Lto São José
<b>Jardim E'ldorado</b>	Rua Maceió, S/Nº - Jardim El Dorado – Simões Filho
<b>Edvaldo Gomes Passos</b>	Lot. São José
<b>Ana Nery</b>	Av. Camaçari
<b>Maria De Souza Chaves</b>	Rua Machado de Assis, 331
<b>Antônio Carlos Magalhães</b>	Av. Camaçari
<b>Cleriston Andrade</b>	Av. Walter Aragão de Souza



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

<b>Simões Filho I / Oitizeiro / Góes Calmon/ Guerreiro</b>	
<b>Áurea Nascimento (Creche)</b>	Lot. Big Áurea
<b>Centro de Educação El'shaddai</b>	Caminho 18 – S. Filho I
<b>Sofia Augusta de Souza (Creche)</b>	Simões Filho I
<b>União da Bahia</b>	Simões Filho I
<b>Railda Oliveira Santos (Creche)</b>	Góes Calmon
<b>Maria de Jesus Correia (Creche)</b>	Oitizeiro
<b>Gildo Piana</b>	Góes Calmon



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

**ANEXO III.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2015**

**MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO – PMSF  
Sr. (a) Pregoeiro (a)

<b>DADOS DA LICITAÇÃO</b>		
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO
<b>DADOS DA EMPRESA</b>		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	E-MAIL/SITE
VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS		PRAZO DE ENTREGA

Item	Descrição	Marca	UF	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
00						
<b>TOTAL</b>						
<b>Valor Total por Extenso</b>						

A proponente declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Simões Filho, 00 de XXXXXX de 2015.

Assinatura Licitante/Carimbo

**OBSERVAÇÃO:**

**1 - Proposta de Preços em papel timbrado da licitante.**

**2 - Validade de 120 dias.**



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

**ANEXO IV.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015**

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**ASSUNTO : \_\_\_\_\_, objeto do Pregão Presencial n.º 013/2015.**

Designação de Representante

Através da presente credenciamos o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ....., e cadastro no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º ....., a participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Simões Filho, na modalidade de Pregão Presencial n.º \_\_\_/2015, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa ....., bem como formular propostas, ofertar lances, recorrer, renunciar e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura

**OBSERVAÇÃO: PROCURAÇÃO EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE.**



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

**ANEXO V.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (\_\_\_\_\_).

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Licitante



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

**ANEXO VI.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS  
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos sob as penas da lei, que temos pleno conhecimento e preenchemos todos os requisitos para atendimento às exigências de habilitação do certame acima identificado, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas, conforme legislação pertinente.

Simões Filho \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

**RAZÃO SOCIAL:  
CNPJ:  
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
E ASSINATURA**



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

**ANEXO VII.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA  
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a habilitação jurídica, capacidade técnica e econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e ainda idoneidade.

.....  
(local e data)

.....  
Nome e assinatura do representante legal





**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
COMISSÃO SETORIAL DE EDUCAÇÃO.**

**ANEXO VIII.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP**

Ref.: Nº \_\_\_\_/2015.

(nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei e para fins de tratamento diferenciado, conforme disposição da LC 123/06, na participação do PP \_\_\_\_, cujo objeto é a \_\_\_\_\_, ser microempresa - ME (ou ser empresa de pequeno porte - EPP) nos termos da legislação vigente.

---

Local, data

---

Razão Social  
Nome do Representante